

**Portal de Legislação do Município de Sagrada Família / RS****LEI MUNICIPAL Nº 1.583, DE 01/03/2023****CRIA GRATIFICADA A SER PAGA AO SERVIDOR DESIGNADO COMO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE BENEFÍCIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA-RS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*O PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo [artigo 27, I e III da Lei Orgânica Municipal](#),*

*FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei:*

**Art. 1º** O servidor público municipal titular de cargo efetivo, designado como responsável pelo Setor de Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, do Município de Sagrada Família, fará jus a uma Gratificação em valor de um PR (padra referencial).

**§ 1º** Para receber a gratificação referida no art. 1º o servidor designado como responsável pelo Setor de Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Sagrada Família, deverá ter idade mínima de 18 anos e Ensino Superior Completo, devendo, ainda, desempenhar as seguintes tarefas:

**I** - Autuar e encaminhar processos de aposentadorias e pensões junto a Tribunal de Contas do Estado - TCE/RS, através do SAPIEM (Sistema de Pensão e Inativação da Esfera Municipal), programa disponibilizado pelo TCE na internet, destinado à remessa eletrônica de todas as informações necessárias ao exame e registro das concessões previdenciárias custeadas pelos regimes próprios de previdência, no âmbito municipal, estando regulado pela Resolução nº 1.081/2017;

**II** - Emitir extratos previdenciários;

**III** - Proceder o registro dos servidores na base de dados;

**IV** - Organizar a documentação (pasta funcional) dos servidores aposentados e pensionistas;

**V** - Realizar simulações de aposentadorias junto ao SAPIEM, bem como, orientar quanto à documentação necessária para fins de benefícios previdenciários junto ao RPPS do município;

**VI** - Emitir certidão de tempo de contribuição para fins de averbações junto a outros regimes previdenciários;

**VII** - Realizar o censo previdenciário atualizando a ficha cadastral dos servidores;

**VIII** - Responder diligências e encaminhar documentações solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE/RS até o registro do ato de aposentadoria.

**Art. 2º** A gratificação criada por esta Lei reger-se-á pelos seguintes dispositivos:

**§ 1º** O servidor somente fará jus a Função Gratificada - FG, durante o período em que efetivamente exercê-la, sendo que os valores percebidos a este título não incorporarão os vencimentos, sob nenhuma hipótese.

**§ 2º** Para fins de gratificação natalina e de férias, será computado o valor percebido como Função Gratificada, vigente em Dezembro, na ordem de 1/12 por mês em que o servidor tenha percebido a vantagem durante o ano correspondente, assim como do período aquisitivo de férias.

**Art. 3º** A Gratificação de que trata o art. 1º tem caráter remuneratório e será reajustada na mesma data e no mesmo índice sempre que for concedida a revisão geral anual de que trata o [art. 37, X da Constituição da República](#), aos servidores do Poder Executivo.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,  
ao primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e três.*

*Registre-se e Publique-se*

MAURO GALATTO

*Sec. Mun. De Administração*